



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

***“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFEÇÃO EM VÁRIOS
EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – PAÇOS DO CONCELHO E EDIFÍCIO DA
ANTIGA BIBLIOTECA (RUA PADRE MANUEL HIMALAIA) – 2017/2018”***

Concurso Público

Valor base: 16.000,00 Euros

Caderno de Encargos

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
(Código dos Contratos Públicos)

ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS	2
SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Artigo 1.º – Objeto	2
Artigo 3.º – Contrato	2
Artigo 4.º – Sigilo	2
Artigo 5.º – Prazo	3
Artigo 6.º - Cessão da posição contratual	3
Artigo 7.º - Penalidades	3
Artigo 8.º Atos e direitos de terceiros	4
Artigo 9.º - Casos fortuitos ou de força maior	4
Artigo 10.º – Dúvidas e esclarecimentos	4
Artigo 11.º – Obrigações principais do fornecedor	4
Artigo 12.º - Local de entrega	4
Artigo 13.º - Preço contratual	5
Artigo 14.º - Condições de pagamento	5
Artigo 15.º - Foro competente	5
Artigo 16.º - Resolução	5
Artigo 17.º - Legislação aplicável	5
Cláusula 1.ª – Especificações e quantidades dos serviços a executar	5
Cláusula 2.ª - Preço contratual base	5
Cláusula 3.ª – Prazos	6

Em tudo o omissso no presente convite, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º – Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Aquisição de serviços de limpeza e desinfeção em vários edifícios municipais – Paços do Concelho e Edifício da Antiga Biblioteca (Rua Padre Manuel Himalaia) – ano 2017/2018”** situados na sede do concelho de Arcos de Valdevez. Os edifícios a submeter aos serviços pretendidos encontram-se identificados nas CLÁUSULAS TÉCNICAS bem como as características dos serviços pretendidos. A sua periodicidade diária é definida caso a caso pelos responsáveis de cada edifício/serviço municipal nas CLÁUSULAS TÉCNICAS.

Artigo 2.º - Entidade pública adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Arcos de Valdevez, através da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, órgão que tomou a decisão de contratar em Reunião Camarária de 24/05/2017 que tem sede na Praça Municipal, 4974-003, Arcos de Valdevez, telefone 258 520500 e de fax 258520509.

Artigo 3.º – Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O presente Caderno de Encargos;
 - b) A Proposta Adjudicatária.
3. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do Contrato, seguidamente o do Caderno de Encargos e por fim a Proposta do adjudicatário.

Artigo 4.º – Sigilo

1. O concorrente ou agrupamento de concorrentes garantirá o sigilo quanto a informações de que os seus colaboradores venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante.
2. A entidade adjudicatária reconhece que lhe foi e será futuramente fornecida informação e documentação de carácter confidencial ("Informação Confidencial"), entendendo-se por informação confidencial toda a informação escrita ou oral relacionada com a operação, qualquer análise ou documento elaborado com base nessa informação disponibilizada, bem como qualquer informação prestada no âmbito de quaisquer conversações.
3. De acordo com a natureza de confidencialidade da informação prestada, a entidade adjudicatária compromete-se a:
 - a) Tratar a informação confidencial, em qualquer momento, com total reserva e absoluta confidencialidade, adotando para o efeito todas as precauções necessárias, não podendo a revelá-la a qualquer pessoa ou entidade, a não ser ao abrigo do presente compromisso;
 - b) Manter a confidencialidade acerca da informação prestada, revelando-a apenas aos seus representantes e a qualquer outra entidade em relação à qual a entidade adjudicante tenha dado o seu prévio consentimento por escrito, comprometendo-se a entidade adjudicatária a assegurar que as

entidades a quem seja divulgado a informação confidencial sejam devidamente informadas da sua natureza confidencial, e que aceitem, na íntegra e sem reservas, o presente compromisso nos exatos termos e condições aceites pela entidade adjudicatária;

c) Aceitar e reconhecer que a prestação de informação confidencial não conferirá à entidade adjudicatária quaisquer direitos sobre ela, a qual permanecerá para todos os efeitos propriedade da entidade adjudicante. Em particular, a entidade adjudicatária compromete-se a não utilizar esta informação para as relações comerciais ou de negócio que mantém actualmente ou que possam vir a ter com a entidade adjudicante ou com terceiros com os quais estes tenham agora ou no futuro relações comerciais ou de negócio de qualquer tipo;

4. A expressão informação confidencial não inclui informação que:

a) Seja ou se tome de domínio público desde que tal não resulte de uma divulgação feita pela entidade adjudicatária ou por qualquer dos seus atuais representantes ou;

b) Esteja já na posse da entidade adjudicatária, ou na dos seus representantes ou com expressa indicação da sua não confidencialidade.

5. Caso a entidade adjudicatária ou os seus representantes a quem tenha sido transmitida, no todo ou em parte, informação confidencial fiquem legalmente obrigados a revelar algum elemento constante da mesma, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de entidade de regulação ou de fiscalização, a entidade adjudicatária compromete-se - e fará com que os seus representantes também se comprometam - a avisar de imediato a entidade adjudicante, previamente à divulgação da informação confidencial, de modo a que sejam conjuntamente asseguradas quaisquer providências necessárias para manter, dentro do legalmente permitido, a confidencialidade da informação confidencial.

Artigo 5.º – Prazo

1 – O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos fornecimentos em conformidade com os respetivos termos e condições, proposta do adjudicatário e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 6.º - Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior deve:

a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;

b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Artigo 7.º - Penalidades

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 325.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, no caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, o mesmo incorrerá numa penalidade correspondente ao dobro da prestação em falta.

2. Podem ser fixados outros valores superiores aos apurados pela sanção indicada no número anterior

decorrentes das regras gerais de direito.

Artigo 8.º Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que a entidade adjudicatária sofra atrasos na execução do contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de oito dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, a entidade pública contratante, a fim de que a mesma possa ficar habilitada a tomar providências que estejam ao seu alcance.

Artigo 9.º - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar, justificar e comprovar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 10.º – Dúvidas e esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados por escrito, no primeiro terço fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao dia anterior ao do termo do prazo de apresentação das propostas, conforme estipula o artigo 116.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SUBSECÇÃO II – Obrigações do fornecedor de serviços

Artigo 11.º – Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações:

- a) Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta;
- b) Cumprimento dos pontos do **Artigo 1.º – Objeto do Concurso** e das **CLAÚSULAS TÉCNICAS - Anexo A** do Caderno de Encargos;
- c) Cumprimento dos pontos referidos na **Cláusula 3.ª – Prazo de entrega dos bens ou serviços das CLAÚSULAS TÉCNICAS - Anexo A** do Caderno de Encargos;

Artigo 12º - Local de entrega

1. A execução dos serviços objeto do Concurso Público será realizada em diversos edifícios da sede do Concelho de Arcos de Valdevez, conforme estipulado no n.º 1 do **ANEXO B - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** do caderno de encargos.

SUBSECÇÃO III – Obrigações da entidade adjudicante

Artigo 13º - Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do Concurso Público o Município de Arcos de Valdevez deve pagar ao fornecedor o preço devido pela execução que constitui objeto do contrato, constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja estritamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez.

Artigo 14º - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Arcos de Valdevez, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Município das respetivas faturas.
2. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.

SECÇÃO III – Resolução de litígios

Artigo 15º - Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato é o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Artigo 16º - Resolução

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato, confere à outra parte, o direito de rescindi-lo, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

Artigo 17º - Legislação aplicável

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicada).

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Anexo A

Cláusula 1.ª – Especificações e quantidades dos serviços a executar

- 1.: De acordo com o Anexo “Especificações técnicas”

Cláusula 2.ª - Preço contratual base

1. Preço contratual apresentado pelo concorrente contam todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez, incluindo as despesas de carga ou armazenamento/estaleiro, sendo o preço contratual máximo aceite € 16.000,00 (dezasseis mil euros), (€ 1.333,00 mil trezentos e trinta e três euros/mensais) valores acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

Cláusula 3.^a – Prazos

1. Prazo para a execução dos serviços é de um (1) ano, contado após a outorga do contrato, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período, até um máximo de três anos.

ANEXO B – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Serviços de limpeza e desinfeção em vários edifícios municipais

€ 1.333,00/mês (mil trezentos e trinta e três euros /mês)

- 1- **DO FORNECIMENTO** – Serviços de limpeza e desinfeção **OBJETO** nos edifícios a seguir discriminados:

- a) **Paços do Concelho;**
- b) **Edifício da antiga biblioteca (Rua Padre Manuel Himalaia).**

2 – ESPECIFICIDADE DE CADA ESPAÇO A INTERVIR

Paços do Concelho:

- a) Limpeza diária de todas as áreas de circulação e atendimento (aspiração das faces superior e inferior de carpetes e passadeiras e /ou lavagem quando se justifique);
- b) Limpeza diária de pavimentos de todos os tipos incluindo a aplicação trimestral de produtos de manutenção/reparação de desgaste nos pavimentos em madeira;
- c) Limpeza diária de todas as secções com especial atenção designadamente à presença de teias de aranha;
- d) Limpeza semanal dos espaços de arquivo incluindo as estantes;
- e) Limpeza bi-semanal do Salão Nobre incluindo mobiliário, carpetes, passadeiras e todos os objetos de decoração;
- f) Limpeza diária da área reservada à Presidência e Vereação incluindo mobiliário, carpetes, passadeiras e todos os objetos de decoração;
- g) Limpeza diária do mobiliário e equipamento colocados nas diferentes áreas;
- h) Limpeza semanal de todos os espaços afetos à medicina no trabalho e limpeza diária do espaço sanitário que lhe está afeto;
- i) Limpeza diária do elevador;
- j) Limpeza semanal das janelas, portas, varandas e todas as superfícies em vidro;
- k) Limpeza mensal de todas as janelas, claraboias e varandas pelo lado exterior;
- l) Limpeza e desinfeção bi-diária das instalações sanitárias incluído a reposição de consumíveis sempre que necessário;
- m) Recolha e transporte diário para o exterior dos resíduos indiferenciados.

Edifício da antiga biblioteca:

- a) Limpeza semanal de todas as áreas de circulação e atendimento (aspiração e /ou lavagem);
- b) Limpeza semanal das salas técnicas, gabinetes e de arrumos;

Limpeza semanal do mobiliário e equipamento colocados nas diferentes áreas;

- c) Limpeza mensal das janelas, parapeitos e todas as superfícies em vidro pelo interior e exterior;
- d) Limpeza e desinfeção diárias das instalações sanitárias;
- e) Limpeza semanal de acessos exteriores.

O horário para a execução dos diferentes serviços, será definido caso a caso pelo responsável de cada edifício de modo a minimizar o incómodo para utentes e para funcionários:

Edifício	Responsável a contactar	Contacto
Paços do Concelho	Dr. Faustino Soares;	258520500
Edifício da Antiga Biblioteca	Dr. Faustino Soares	258520500

1. Em todo o caso, os serviços deverão ser assegurados, diariamente, preferencialmente antes e/ou depois do horário normal de funcionamento dos serviços.
2. Reunião semanal entre o supervisor da entidade adjudicatária e o dirigente municipal responsável pelos edifícios.